

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta:	OE202301/0636
Tipo Oferta:	Procedimento Concursal Comum
Estado:	Pendente
Nível Orgânico:	Ministério da Saúde
Orgão / Serviço:	Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.
Vínculo:	CTFP por tempo indeterminado
Regime:	Carreiras Gerais
Carreira:	Técnico Superior
Categoria:	Técnico Superior
Grau de Complexidade:	3
Remuneração:	1.320,15
Suplemento Mensal:	0.00 EUR

As funções a desempenhar no posto de trabalho a ocupar correspondem ao grau 3 de complexidade funcional, cuja caracterização se encontra prevista no Anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, bem como, nas áreas de competências inerentes ao Departamento de Gestão Financeira, constantes no artigo 8.º dos Estatutos do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. aprovados pela Portaria n.º 158/2012, de 22 de maio.

Das funções a desempenhar, salientam-se as seguintes que competem ao técnico superior no posto de trabalho a que se refere este procedimento:

- Proceder à classificação e registo de cabimentos e compromissos;
 - Elaborar propostas de alterações orçamentais devidamente fundamentadas;
 - Proceder ao reporte da execução orçamental junto da Direção-Geral do Orçamento;
 - Apoiar a gestão orçamental na elaboração e acompanhamento dos orçamentos anuais;
 - Proceder ao registo, controlo e monitorização de dados no sistema de informação financeira;
 - Proceder à análise de dados orçamentais extraídos do sistema de informação financeira que permita a apresentação superior de informações de apoio à gestão;
 - Elaborar informações, relatórios e documentos de prestação de contas periódicos;
- Caracterização do Posto de Trabalho:**
- Colaborar no fecho mensal de contas e elaborar reportes mensais;
 - Realizar o tratamento de obrigações fiscais;
 - Analisar contas correntes;
 - Processar a contabilidade clientes, contribuintes, fornecedores, assegurando a validação de faturas, sua contabilização e preparação de autorizações de pagamento;
 - Efetuar diligências com vista a solucionar pendências na área da gestão de fornecedores;
 - Colaborar na prestação de informações para auditores internos ou externos;
 - Acompanhar o ciclo de vida dos projetos internacionais.
 - Apoiar a realização de candidaturas no âmbito do Portugal 2020.
 - Apoiar o apuramento de pedidos de pagamento no âmbito de projetos financiados pelo programa Portugal 2020.
 - Realizar de registos no sistema de informação relacionados com a execução de projetos participados
 - Elaborar reportes internos ou externos relacionados com projetos participados.
 - Realizar de outras tarefas relacionadas com a gestão, acompanhamento, execução e controlo de projetos participados
 - Desenvolver outras tarefas de apoio geral aos serviços financeiros e de contabilidade, bem como como apoiar a equipa dirigente.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Área financeira

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Economia, Gestão	Outros
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Contabilidade	Contabilidade
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Gestão de Pessoal e Administração / Administração Pública	Administração Pública

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.	1	Rua Almirante Barroso, n.º 36	Lisboa	1000013 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Constituem condições preferenciais:

(a) Experiência anterior em contabilidade pública;

(b) Frequência em formações em SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas ou em contabilidade.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: formulário eletrónico, de uso obrigatório, disponível em www.inem.pt \Recrutamento

Contacto: recrutamento.dgrh@inem.pt

Data Publicitação: 2023-02-08

Data Limite: 2023-02-21

Texto Publicado

Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social: Aviso (extrato) nº 2579/2023, publicado no Diário da República, 2ª série de 7 de fevereiro

Texto Publicado em Jornal Oficial: 1. Nos termos dos artigos 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções

Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o art. 7.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, torna-se público que por Deliberação do Conselho Diretivo do INEM, I.P., de 3 de novembro de 2022, encontra-se aberto, pelo prazo de dez dias úteis a contar da data da publicação da presente oferta na Bolsa de Emprego Público (BEP), o procedimento concursal comum para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho, previsto e não ocupado na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P. (INEM), no Departamento de Gestão Financeira na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. ----- 2. Nos termos dos n.ºs 5 e 6 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, será constituída uma reserva de recrutamento interna, válida pelo período de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final, quando o número de candidatos aprovados for superior ao dos postos de trabalho a ocupar. ----- 3. De acordo com o n.º 5 do art. 5.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro foi efetuada consulta à Entidade do Recrutamento Centralizado (ERC) quanto à existência de candidatos em reserva centralizada com o perfil profissional adequado, que informou: "que, não tendo sido ainda realizado qualquer procedimento concursal centralizado ao abrigo do referido diploma, não existe, em reserva de recrutamento, qualquer candidato com o perfil adequado". ----- 4. De igual modo, de acordo com o artigo 34.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, foi executado, junto da DGAEP, o procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de valorização profissional para aquele posto de trabalho, tendo sido informado "que não existem trabalhadores em situação de valorização profissional com o perfil identificado por esse organismo". ----- 5. Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria, o presente procedimento concursal comum será publicitado na 2.ª série do Diário da República por extrato, na Bolsa de Emprego Público de forma integral, no sítio da internet do INEM (www.Inem.pt) no qual fica disponível o formulário eletrónico de uso obrigatório para submissão da candidatura. ----- 6. Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar qualquer forma de discriminação. ----- 7. Legislação aplicável: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro; Lei n.º 25/2017, de 30 de maio; Portaria n.º 158/2012, de 22 de maio; Código do Procedimento Administrativo, Lei do Orçamento do Estado. ----- 8. Local de trabalho: As funções inerentes ao posto de trabalho a ocupar serão exercidas no Departamento de Gestão Financeira, nas instalações sitas na Rua Almirante Barroso, n.º 36, 1000-013 Lisboa. ----- 9. O recrutamento é circunscrito a trabalhadores com uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, previamente estabelecida, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 30.º LTFP. ----- 10. Caracterização do posto de trabalho: As funções a desempenhar no posto de trabalho a ocupar correspondem ao grau 3 de complexidade funcional, cuja caracterização se encontra prevista no Anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, bem como, nas áreas de competências inerentes ao Departamento de Gestão Financeira, constantes no artigo 8.º dos Estatutos do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. aprovados pela Portaria n.º 158/2012, de 22 de maio. 10.1. Das funções a desempenhar, salientam-se as seguintes que competem ao técnico superior no posto de trabalho a que se refere este procedimento: • Proceder à classificação e registo de cabimentos e compromissos; • Elaborar propostas de alterações orçamentais devidamente fundamentadas; • Proceder ao reporte da execução orçamental junto da Direção-Geral do Orçamento; • Apoiar a gestão orçamental na elaboração e acompanhamento dos orçamentos anuais; • Proceder ao registo, controlo e monitorização de dados no sistema de informação financeira; • Proceder à análise de dados orçamentais extraídos do sistema de informação financeira que permita a apresentação superior de informações de apoio à gestão; • Elaborar informações, relatórios e documentos de prestação de contas periódicos; • Colaborar no fecho mensal de contas e elaborar reportes mensais; • Realizar o tratamento de obrigações fiscais; • Analisar contas correntes; • Processar a contabilidade clientes, contribuintes, fornecedores, assegurando a validação de faturas, sua contabilização e preparação de autorizações de pagamento; • Efetuar diligências com vista a solucionar pendências na área da gestão de fornecedores; • Colaborar na prestação de informações para auditores internos ou externos; • Acompanhar o ciclo de vida dos projetos internacionais. • Apoiar a realização de candidaturas a financiamentos externos. • Apoiar o

apuramento de pedidos de pagamento no âmbito de projetos financiados pela União Europeia. • Realizar de registos no sistema de informação relacionados com a execução de projetos participados • Elaborar reportes internos ou externos relacionados com projetos participados. • Realizar de outras tarefas relacionadas com a gestão, acompanhamento, execução e controlo de projetos participados • Desenvolver outras tarefas de apoio geral aos serviços financeiros e de contabilidade, bem como como a equipa dirigente.

----- 11. Constituem condições preferenciais: (a) Experiência anterior em contabilidade pública; (b) Frequência em formações em SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas ou em contabilidade. ----- 12. Posicionamento remuneratório: 2.ª posição remuneratória, nível 16 da tabela remuneratória única, com o montante pecuniário de € 1.320,15, não havendo lugar a negociação de posicionamento remuneratório ou, em caso de ser detentor da carreira/categoria de técnico superior, a remuneração é a equivalente à atual na carreira de origem.

----- 13. Requisitos de admissão ao procedimento concursal - Podem ser admitidos os candidatos que, até ao último dia do prazo de candidatura satisfaçam, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) Reunir os requisitos gerais necessários para o exercício de funções públicas, enunciados no artigo 17.º da LTFP, que consistem em: i. Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; ii. 18 anos de idade completos; iii. Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; iv. Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; v. Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. b) Ter já constituída uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida; c) Ser titular de licenciatura ou grau académico superior, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º da LTFP, nas áreas de Gestão, Economia, Contabilidade ou equiparada e/ou Administração Pública. Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional. ----- 14. Nos termos da alínea k) do n.º 3 do artigo 11.º da Portaria, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do INEM, I.P., idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento. -----

15. Formalização das candidaturas: Sob pena de exclusão, as candidaturas deverão ser apresentadas no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da publicação na Bolsa de Emprego Público (BEP), mediante preenchimento de formulário eletrónico, de utilização obrigatória, disponível na página eletrónica do INEM, I.P., em www.INEM.pt/separador > Recrutamento > Procedimentos concursais a decorrer > Departamento de Gestão Financeira - 1 Técnico Superior. As candidaturas deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos digitalizados, a submeter na plataforma eletrónica de candidaturas: a) Curriculum Vitae atualizado, no qual conste, para além de outros elementos julgados necessários, a residência, telefone para eventual contacto, endereço eletrónico, as habilitações literárias, bem como as funções que exerce e as que exerceu anteriormente, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, assim como a formação profissional detida, em particular aquela relacionada com o conteúdo funcional do posto de trabalho, indicando as entidades promotoras, as datas de realização e a respetiva duração; b) Documentos comprovativos das habilitações literárias; c) Comprovativos/certificados de cursos e ações de formação frequentadas nos últimos 5 anos a contar da data da publicação do aviso de abertura na BEP, mencionadas no curriculum vitae, sob pena de não serem consideradas na avaliação curricular; d) Declaração devidamente autenticada e atualizada à data do presente Aviso, emitida pelo órgão ou serviço de origem, da qual conste inequivocamente: i. A identificação da carreira e da categoria de que é titular; ii. A modalidade de vínculo jurídico de emprego público previamente estabelecida; iii. A posição e nível remuneratório em que se encontra posicionado/a, com indicação do respetivo valor; iv. A antiguidade na categoria, na carreira e na Administração Pública; v. A caracterização detalhada das tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo trabalhador ou, estando o trabalhador em situação de requalificação, ao que por último ocupou; vi. A avaliação de desempenho relativa ao último período avaliativo, não superior a 3 anos/biênios com referência aos valores quantitativos e qualitativos ou, sendo o caso, a indicação dos motivos de não avaliação, nos termos e para efeitos de aplicação do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 20.º da Portaria. e) Outros documentos relevantes para avaliação da candidatura.

----- A não apresentação dos documentos exigidos nas alíneas a), b) e d), do presente ponto, nos termos do n.º 5 do artigo 15.º da Portaria,

determina: i. A exclusão do candidato do procedimento, quando a falta desses documentos impossibilite a sua admissão; ii. A impossibilidade de constituição de vínculo de emprego público, nos restantes casos. ----- 16.

Métodos de seleção: Serão aplicados apenas dois métodos de seleção obrigatórios, Prova de Conhecimentos (PC) ou Avaliação Curricular (AC) e a Entrevista de Avaliação de Competências, nos termos do n.º 5 do artigo 36.º da LTFP, conjugado com o nº1 do art. 17º da Portaria. ----- 17.1.

Prova de conhecimentos (PC), visando avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa, e será aplicada aos candidatos que: a) Não sejam titulares da carreira/categoria de técnico superior; b) Sejam titulares da categoria e se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades, diferentes das caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar; c) Sejam titulares daquela categoria e se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades, caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar, mas que tenham, expressamente, afastado a avaliação curricular no formulário de candidatura, conforme nº 3, do art. 36º da LTFP. ----- 17.1.1. A Prova de Conhecimentos, revestirá a forma escrita, de realização individual, em suporte de papel, com consulta. A PC é constituída por 15 questões de escolha múltipla, em que cada resposta certa tem uma pontuação de 1,0 valores, e 1 questão de resposta aberta, que tem uma pontuação de 5 valores. A ausência de resposta ou resposta errada, será valorada com "0" valores. Terá uma duração de 60 minutos, com uma tolerância de 15 minutos, podendo ser alargada, até 30 minutos, para os candidatos com deficiência comprovada que solicitarem condições especiais para a sua realização. A prova tem caráter eliminatório, sendo adotada uma escala de valoração de 0 a 20 valores, com expressão até às centésimas e terá uma ponderação de 60% na classificação final. A legislação e bibliografia específica necessária à preparação da prova de avaliação de conhecimentos teóricos incide sobre os seguintes temas:

Legislação: a) Decreto-Lei n.º 124/2011 de 29 de dezembro – Aprova a orgânica do Ministério da Saúde; b) Decreto-Lei nº 34/2012, de 14 de fevereiro - Aprova a orgânica do Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.; c) Portaria n.º 158/2012, de 22 de maio - Estatutos do INEM, I.P.; d) Deliberação 853/2012 - Criação das Unidades Flexíveis do INEM, I.P.; e) Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; f) Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro - Lei-quadro dos institutos públicos; g) Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro – Códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas; h) Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 11 de março – LCPA – Lei dos Compromissos e pagamentos em atraso; i) Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho – Regulamenta a LCPA; j) Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, e respetivos anexos, em especial a NCP 26; k) Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho - Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional — Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas; l) Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto – Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2022; m) Lei n.º 8/90, de 20 de fevereiro - Lei de Bases da Contabilidade Pública; n) Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, na sua redação atual - Regime da Administração Financeira do Estado; o) Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro - Lei de Enquadramento Orçamental; p) Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro – Lei do Orçamento do Estado para 2023 ----- Bibliografia: a) CNC, SNC AP Manual de Implementação (2ª versão Junho 2017) e FAQ's no sítio na internet

http://www.cnc.min-financas.pt/faqs_publico.html ; b) Nunes, A., L. Rodrigues e L. Viana (2016), O Sistema de Normalização Contabilística Administrações Públicas: Teoria e Prática, Almedina; c) Pinto, A. Calado, Santos, Paula G. dos e Melo, Tiago J. (2013), Gestão Orçamental e Contabilidade Pública, ATF – Edições Técnicas; ----- 17.2. Avaliação curricular (AC) visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente as habilitações, sobretudo profissionais, o percurso profissional, a relevância da experiência adquirida e da formação realizada, o tipo de funções exercidas e o tempo de serviço na Administração Pública. Este método será aplicado aos candidatos que sejam titulares da carreira e categoria técnica superior e se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competência ou atividades, caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar, e caso não tenham optado, no formulário de candidatura, pela sua não aplicação, nos termos do nº 3 do artigo 36.º da LTFP e terá uma ponderação de 60% na classificação final. ----- 17.2.1. Na Avaliação Curricular serão analisados os seguintes fatores: a) Habilitação Académica: será ponderada a habilitação detida pelo candidato, tendo por referência o legalmente exigido para o ingresso na carreira de Técnico Superior,

licenciatura, nas áreas: de Gestão, Economia, Contabilidade ou equiparada e Administração Pública: I. Habilitação Superior à exigida, nas áreas requeridas – 20 valores; II. Habilitação legalmente exigida para o ingresso na carreira, nas áreas requeridas – 18 valores. b) Experiência Profissional (EP): será tido em conta o grau de adequação entre as funções/atividades já exercidas, direta e/ou indiretamente relacionadas com a atividade caracterizadora do posto de trabalho a preencher, dependendo do maior ou menor contacto orgânico-funcional com a referida área de atuação e que se encontrem devidamente comprovadas, sendo contabilizadas da seguinte forma - Experiência profissional diretamente relacionada (EPDR): experiência diretamente relacionada com a atividade caracterizadora do posto de trabalho a ocupar: i. Experiência anterior em contabilidade pública (+ 2 valores) ii. ≥ 5 anos – 18 valores; iii. ≥ 3 anos e < 5 anos – 17 valores; iv. ≥ 1 e < 3 anos – 16 valores; v. Até 1 ano – 12 valores. - Experiência profissional em outras funções (EPOF): experiência não referida em EPDR e que se relacionem indiretamente com a atividade do posto trabalho a ocupar, sendo contabilizadas da seguinte forma: i. ≥ 5 anos – 20 valores; ii. ≥ 3 anos e < 5 anos – 18 valores; iii. ≥ 1 e < 3 anos – 16 valores; iv. Até 1 ano – 12 valores. A classificação da Experiência Profissional é expressa de 0 a 20 valores e resulta da aplicação da seguinte fórmula: $EP = EPDR * 90\% + EPOF * 10\%$ c) Formação Profissional (FP) - serão considerados os cursos de pós-graduação e de especialização, bem como ações de formação e aperfeiçoamento profissional, designadamente, estágios profissionais, ações de formação profissional, seminários, encontros, jornadas, palestras ou similares, direta e indiretamente relacionadas com a atividade do posto de trabalho a preencher, devidamente comprovada por Diplomas/Certificados e realizada nos últimos 5 anos a contar da data da publicação do aviso de abertura na BEP, sendo contabilizados da seguinte forma (subfatores): - Formação Profissional diretamente relacionada (FPDR): i. Cursos/Ações de formação profissional = 200 horas – 20 valores; ii. Cursos/Ações de formação profissional = 100 e < 200 horas – 18 valores; iii. Cursos/Ações de formação profissional = 50 e < 100 horas – 14 valores; iv. Cursos/Ações de formação profissional < 50 horas – 12 valores; v. Sem formação ou ações de formação – 10 valor. - Formação Profissional indiretamente relacionada (FPIR): i. Cursos/Ações de formação profissional = 200 horas – 20 valores; ii. Cursos/Ações de formação profissional = 100 e < 200 horas – 18 valores; iii. Cursos/Ações de formação profissional = 50 e < 100 horas – 14 valores; iv. Cursos/Ações de formação profissional < 50 horas – 12 valores; v. Sem formação ou ações de formação – 10 valor. A participação em seminários ou conferências sem definição explícita da carga horária, será considerada como tendo uma duração de 3h30, equivalente a meio-dia. A classificação da Formação Profissional (FP) é expressa de 0 a 20 valores e resulta da aplicação da seguinte fórmula: $FP = FPDR * 80\% + FPIR * 20\%$. ----- d) Avaliação de Desempenho (AD): será considerada a avaliação relativa ao mais recente biênio em que o candidato cumpriu ou executou atribuições, competências ou atividades idênticas às do posto de trabalho a ocupar, atribuída nos termos da legislação do SIADAP. Este fator é valorado numa escala de 0 a 20 valores. i. Desempenho excelente- 20 valores; ii. Desempenho relevante – 16 valores; iii. Desempenho adequado – 14 valores; iv. Ausência não imputável ao candidato -10 valores; v. Desempenho Inadequado – 2 valores; vi. Ausência imputável ao candidato – 0 valor. Para efeitos de classificação da Avaliação do Desempenho, esclarece-se que apenas será considerada a Avaliação do Desempenho devidamente comprovada por documento idóneo e que refira expressamente a avaliação final, mediante a respetiva menção quantitativa. Caso o candidato não possua, por razões que não lhe sejam imputáveis, avaliação do desempenho relativa ao período a considerar, o júri define o valor positivo de 10 valores, a ser considerado nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 20.º da Portaria. 17.2.2.A Avaliação Curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples dos fatores, com valoração até às centésimas dos elementos a avaliar. A classificação será obtida de acordo com a seguinte fórmula: $AC = (HA + EP + FP + AD) / 4$ ----- 17.3. A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) - visa obter informações, através de uma relação interpessoal informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. Deve ainda permitir a apreciação estruturada da experiência, qualificações e motivações profissionais, através de descrições comportamentais ocorridos em situações reais e vivenciadas pelo candidato, tendo como referência o perfil profissional/competência descrito no aviso de abertura. A EAC terá uma ponderação de 40% na classificação final. As competências a avaliar na Entrevista de Avaliação de Competências para a categoria de Técnico Superior são as seguintes: - Orientação para Resultados: Demonstra capacidade para

concretizar com eficácia e eficiência os objetivos do serviço e as tarefas e que lhe são solicitadas; - Planeamento e Organização: Demonstra capacidade para programar, organizar e controlar a sua atividade e projetos variados, definindo objetivos, estabelecendo prazos e determinando prioridades; - Análise da informação e sentido crítico: Demonstra capacidade para identificar, interpretar e avaliar diferentes tipos de dados e relacioná-los de forma lógica e com sentido crítico; - Conhecimentos Especializados e Experiência: Demonstra um conjunto de saberes, informação técnica e experiência profissional, essenciais ao adequado desempenho das funções.; - Relacionamento interpessoal e comunicação: Demonstra capacidade para interagir adequadamente com pessoas com diferentes características e em contextos profissionais distintos, tendo uma atitude facilitadora do relacionamento e gerindo as dificuldades e eventuais conflitos de forma ajustada e gerando sinergias através da comunicação e participação ativa; A avaliação das competências centra-se na análise da informação fornecida pelos candidatos com o objetivo de identificar a presença dos comportamentos profissionais ancorados às competências em análise, baseando-se num guião de entrevista composta por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido. O guião está associado a uma grelha de avaliação individual que traduz na presença ou ausência dos comportamentos em análise. A Entrevista de avaliação de competências é valorada segundo os níveis de classificação de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20,16, 12, 8, 4 valores. A presença das cinco competências em análise será avaliada da seguinte forma: Classificação: Elevado-20 valores-Apresenta 75% a 100% das competências Classificação: Bom-16 valores-Apresenta 60% a 70% das competências Classificação: Suficiente-12 valores-Apresenta 50% a 55% das competências Classificação: Reduzido-8 valores-Apresenta 35% a 45% das competências Classificação: Insuficiente-4 valores-Apresenta 30% ou % inferior das competências ----- Duração aproximada da Entrevista de avaliação de competências: entre 30 a 40 minutos. ----- 18. A valoração dos métodos anteriormente referidos será convertida numa escala de 0 a 20 valores considerando-se a valoração até às centésimas, de acordo com a especificidade de cada método, através da aplicação das seguintes fórmulas finais: $CF = 0,60 PC + 0,40 EAC$ ou $CF = 0,60 AC + 0,40 EAC$ em que: CF = Classificação Final PC = Prova de Conhecimentos AC = Avaliação Curricular EAC = Entrevista de Avaliação de Competências ----- 19. Cada um dos métodos de seleção, bem como cada uma das fases que compoem, é eliminatório pela ordem enunciada na lei, considerando-se excluído do procedimento o candidato que não compareça à realização de um método de seleção, que obtenha uma valoração inferior a 9,5 valores, não lhe sendo aplicado o método de seleção seguinte, nos termos do artigo 21.º da Portaria. ----- 20. Os candidatos que obtenham classificação igual ou superior a 9,5 valores na prova de conhecimentos ou na avaliação curricular serão convocados para a realização da entrevista de avaliação de competências, por notificação, através das formas previstas no artigo 6.º da Portaria, preferencialmente o correio eletrónico com recibo de entrega da notificação. A notificação indicará o dia, hora e local da realização da referida EAC. ----- 21. Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no artigo 6.º da Portaria, preferencialmente o correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, para realização da audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo. ----- 22. A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, disponibilizada na página eletrónica do INEM, I.P. 23. Júri do procedimento concursal - Compete ao Júri: a) Assegurar a tramitação do procedimento concursal desde a sua designação até à elaboração da lista de ordenação final; b) Selecionar os temas a abordar nas provas de conhecimentos; c) Fixar os parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método de seleção; d) Admitir e excluir candidatos do procedimento, fundamentando por escrito as respetivas deliberações; e) Pedir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações. 23.1. Composição do Júri: Presidente – Rui Manuel Barros Galhardo – Diretor do Departamento de Gestão Financeira. Vogais efetivos: 1.º Vogal – Ana Isabel Brás da Silva Cristão - Coordenadora do Gabinete de Gestão Orçamental e Investimentos. 2.º Vogal – Maria Fernandes Ribeiro Coelho Alves – Técnica Superior do Gabinete de Gestão Orçamental e Investimentos. Vogais suplentes: 1.º Vogal – Gonçalo Daniel Duarte Cruz – Técnico Superior do Departamento de Gestão Financeira. 2.º Vogal – Edi Vieira da Luz Gomes – Técnica Superior do Departamento de Gestão de Recursos Humanos. ----- 24. As atas do Júri onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha

classificativa e o sistema de valoração final, serão publicitados no sítio da internet do INEM, I.P. ----- 25. A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação, será afixada em local público e visível nas instalações da sede do INEM, I.P., e disponibilizada na respetiva página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação.

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Termino da Oferta

Admitidos

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		

Recrutados

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Portadores Deficiência:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		